

Apresentação

“A Conferência Nacional de Educação (Conae) é um espaço democrático aberto pelo Poder Público e articulado com a sociedade para que todos possam participar do desenvolvimento da Educação Nacional” (BRASIL, 2014). Com esta apresentação, o governo federal, depois de um atraso de nove meses, realizou a segunda edição desta importante conferência, que se mostrou, já em 2010 na I Conae, como um espaço de debate e decisões importantes sobre a educação brasileira.

O Jornal de Políticas Educacionais buscou reverberar esta discussão e, neste número 16, traz aos leitores uma coletânea de nove artigos que tematizam a Conferência Nacional de Educação, bem como o Plano Nacional de Educação, uma vez que esta importante peça da política educacional estava no centro da própria temática da conferência¹.

Esses nove artigos se somam aos outros sete publicados no número 15 e, assim, atingimos um total de 16 artigos publicados no volume 8 (2014), ampliando o espaço de divulgação dos achados de pesquisa e das reflexões sobre a temática das políticas educacionais.

Neste número, o primeiro artigo é de autoria do Conselheiro Luiz Fernandes Dourado, professor titular da Universidade Federal de Goiás e integrante da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. Neste artigo, professor Dourado debate a importância da Conae e da ação articulada da sociedade visando a elaboração de políticas educacionais, com enfoque na centralidade da necessidade da construção de um sistema de regulamentação da educação.

O artigo seguinte é de autoria dos professores Paulo Vinícius Baptista da Silva, Rosa Amália Espejo Trigo e Lucimar Rosa Dias, da UFPR. O trabalho toma a temática da educação e diversidade, e avalia como a Conae, na etapa paranaense, trata esta relação. Os autores trabalham com o conceito de diversidade e suas distintas expressões nos documentos da conferência, e focalizam a leitura sobre as relações étnico-raciais, em especial as proposições dirigidas para o estabelecimento de igualdade étnico-racial e educacional. O trabalho, desenvolvido pelos autores, evidenciou um debate muito intenso de posições diversas, mas mostra que ao final o que prevaleceu foi a reafirmação e aumento das políticas educacionais voltadas às minorias, em uma tendência que busca combinar políticas focais com avanços das políticas universalistas.

O terceiro artigo é assinado pelos professores Márcio L. Bernardin, da Unicentro, e Monica Ribeiro da Silva, da UFPR. O trabalho analisa as proposições de políticas para o Ensino Médio e para a Educação Profissional à luz do documento referência da Conae 2014. Mas, o artigo também lida com outras referências acerca desta temática, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e as Diretrizes Curriculares exaradas pelo Conselho Nacional de Educação. O texto evidencia um embate de concepções e uma disputa por projetos societários e educativos que marcam a formulação dessas políticas educacionais.

O artigo das professoras Adriana Dragone Silveira e Tais Moura Tavares, ambas também da UFPR, trata das propostas de emendas paranaenses ao Documento Referência da Conae 2014, para o eixo “Gestão democrática, participação popular e controle social”. O caderno de emendas preparado para a discussão na Conferência Estadual de Educação do Paraná, para o eixo em destaque constou com 356 sugestões. Da análise se destacam as emendas referentes: à participação popular por meio de Conselhos; sobre os mecanismos de participação na promoção da democratização da gestão dos sistemas de ensino e das instituições escolares; ao destaque do setor público na gestão da educação e dos seus recursos; à alternância nos postos de gestão das instituições escolares e à autonomia da escola na gestão dos recursos financeiros.

O quinto trabalho apresentado tem a professora Maria Dilnéia E. Fernandes, da UFMS, como autora e trata

1 O tema da Conae 2014 foi “O Plano Nacional de Educação na articulação do Sistema Nacional de Educação: participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração”.

de discutir a questão da valorização dos profissionais da educação. O artigo promove uma reflexão sobre a temática, considerando que na última década e meia, o Brasil deu materialidade a importantes mecanismos referentes à valorização docente, como as políticas de fundos e a lei do Piso Salarial Profissional Salarial (PSPN). A autora, ao final, chama-nos a atenção para o grande desafio que o país ainda tem para com a valorização docente, pois apesar daquela conjuntura, a lacuna entre o projetado e defendido pela política e pela legislação e a realidade efetivada, ainda é grande.

O professor da UnB e vice-presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação – Fineduca, Luiz Araújo, é o autor do artigo seguinte, que trata dos desafios do regime de colaboração no contexto do novo Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal 13.005/2014. Tal leitura está diretamente conectada ao centro do debate da Conae 2014, como mencionado e o artigo traz uma importante contribuição, com reflexões que reconhecem de partida as dificuldades do arranjo organizacional do modelo federativo brasileiro. O texto de Araújo destaca que a lida com as desigualdades educacionais demanda, dentre outros aspectos, rever o papel da União no financiamento da educação, mas também e quiçá principalmente, implica no desenvolvimento de políticas redistributivas reguladas pelo governo central.

O artigo do professor João Monlevade, consultor do Senado Federal, apresenta uma leitura cuidadosa do disposto na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o novo Plano Nacional de Educação, em particular daqueles contidos na Meta 20, que trata do financiamento da educação brasileira. Professor Monlevade desenvolve uma reflexão importante sobre a proposição de vinculação do investimento em educação ao Produto Interno Bruto (PIB) e conclui analisando o contexto e as dificuldades para a implementação do projeto de financiamento da educação contido no PNE.

O oitavo artigo, de autoria de Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, discute o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) como uma importante ferramenta para enfrentar os desequilíbrios gerados à educação básica pelo modelo federativo brasileiro, e evidencia como o CAQi se constitui em um dos principais pilares do novo PNE. Cara apresenta os marcos legais e localiza o CAQi neste contexto, e com isto defende este instrumento como uma garantia para o estabelecimento do padrão mínimo de qualidade definido na Constituição Federal.

O nono e último artigo é de autoria de Jokasta P.V. Ferraz, da Secretaria de Educação de Curitiba e Ângelo R. de Souza, da UFPR. Este trabalho analisa as emendas aprovadas ao documento referência da Conae 2014, na etapa municipal de Curitiba, no eixo VII – Financiamento da Educação. O trabalho dos autores busca destacar a relevância da atualização e constante vigilância no entorno deste temática, considerando que o financiamento é a expressão mais material da política educacional, uma vez que é ele que pode (ou não) efetivamente concretizar as decisões da política educacional no Brasil.

Nossa expectativa com esta edição do JPE é de contribuir com as reflexões sobre a proposição e alcance tanto da Conae como do PNE, por isto nosso esforço em fazer com que as ideias desenvolvidas pelo conjunto de autores aqui arrolados possam chegar tanto ao público acadêmico quanto à sociedade em geral, atingindo assim, além de pesquisadores, trabalhadores da educação, administradores de sistemas de ensino, *policy makers* e estudantes de cursos de licenciatura

Boa leitura a todos!

Os Editores